

CONGRESSO 6 MAR 1992

Passarinho tenta convencer líderes a aprovar 16%

ESTADO DE SÃO PAULO

BRASÍLIA — O ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, reiterou a disposição do governo de conceder reajuste de 16% aos aposentados e pensionistas da Previdência. A proposta foi feita aos líderes dos partidos de oposição que se recusam, porém, a trocar os 16% pelo pagamento imediato dos 147%. Passarinho continua argumentando que o Congresso não tem poderes para impor o pagamento imediato dos 147%, mesmo que consiga sustar o decreto 430, editado pelo presidente Fernando Collor para suspender o cumprimento das decisões judiciais favoráveis ao reajuste.

O decreto legislativo proposto pela oposição para sustar o decreto 430 conta com apoio de parlamentares aliados ao presidente Collor. O líder governista na Câmara, deputado Humberto Souto (PFL-MG), reconheceu que a proposta tem forte "apego eleitoral". Mas o ministro da Justiça diz estar otimista e sustenta que o pagamento do reajuste de 147% continuará suspenso até que haja uma decisão final do Supremo Tribunal Federal (STF). "Vocês estão pressupondo que vai haver uma derrota", ironizou Passarinho. O governo tentará evitar a votação do decreto legislativo, marcada para quarta-feira no plenário da Câmara.

Diferença — A proposta de reajuste de 16% corresponde ao pagamento da diferença entre o índice que corrigiu as aposentadorias e pensões em setembro e o INPC medido nos seis meses anteriores. Inicialmente defendida pelos partidos de oposição, a proposta foi recusada pelo Planalto em outubro. Na época, a avaliação feita pelo governo era de que não havia nenhuma chance de os aposentados e pensionistas que ganham acima de um salário mínimo conquistarem o reajuste de 147%.

Secretaria — Os partidos que apóiam o governo decidiram se empenhar para que seja votado amanhã o projeto de lei que cria a Secretaria de Governo, a ser ocupada pelo ex-ministro Jorge Bornhausen. A oposição quer que o Congresso avalie antes o reajuste nos vencimentos dos aposentados e prepara uma ação para impedir a votação do decreto que cria a Secretaria.